



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EDITAL Nº SEI-PE CRMES/2026 - CRM-ES/SECGER/GEADM/CPC

PREGÃO ELETRÔNICO
CRM-ES Nº 90.022/2026

CONTRATANTE (UASG)
(926692)

OBJETO

Contratação de solução de tecnologia da informação referente a Licença do Software Oracle Database Standard Edition 2 - Processor Perpetual - Versão 21c ou superior com garantia, suporte e atualização por 36 meses, incluindo instalação, configuração, migração e homologação, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital CRM-ES nº 90.022/2026 e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 629.601,52

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **29/06/2026** às **09h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço global

MODO DE DISPUTA:
Aberto

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/ptbr/>

Data máxima para impugnação: 24/06/2026
Data máxima para esclarecimentos: 24/06/2026

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
NÃO

Sumário

1. DO OBJETO

- 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
- 3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO
- 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- 7. DA FASE DE JULGAMENTO
- 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
- 9. DO TERMO DE CONTRATO
- 10. DOS RECURSOS
- 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
- 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
- 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES Nº 90.022/2026

Processo Administrativo CRM-ES nº 001/2026 – Processo SEI nº 26.8.000000657-0

Torna-se público que o **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - CRM-ES**, sediado na Rua Emília Franklin Mululo, nº 228, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050-730, por meio de sua Comissão Permanente de Contratação, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de solução de tecnologia da informação referente a Licença do Software Oracle Database Standard Edition 2 - Processor Perpetual - Versão 21c ou superior com garantia, suporte e atualização por 36 meses, incluindo instalação, configuração, migração e homologação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 03 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe

até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3 sociedades cooperativas;

2.7.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as

situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 3.9.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.5 e 3.8.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 3.9.5 e 3.9.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento

convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do

serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e valor total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4.1. A licitante deverá apresentar, junto à sua proposta de preços, declaração formal atestando a

não ocorrência do 'registro de oportunidade' junto ao fabricante Oracle para o presente certame, de forma a garantir a ampla competitividade, a isonomia e a vedação a monopólios comerciais no processo licitatório, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e do item 1.7 do Anexo I da IN SGD/ME nº 94/2022". (Modelo de Declaração - Anexo VIII deste Edital. Deverá ser apresentada juntamente com a Proposta de Preços).

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 . DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E

FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de:

Item	Intervalo Mínimo (em R\$)
1	R\$ 100,00
2	R\$ 80,00
3	R\$ 80,00

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº

14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

6.19.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

6.19.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

6.19.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

6.19.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

6.19.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.22.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.19.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.22.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.22.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.22.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.19.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta ao CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da

necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos

os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados por meio digital/eletrônico, exclusivamente via sistema de compras do Governo Federal. <https://www.comprasnet.gov.br/>.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por email: licitacoes@crmes.org.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas** prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

8.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de

fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3 suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4 suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **15 (quinze)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **07 (sete)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **07 (sete)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/>

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8, 11.1.9 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro

de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por e-mail licitacoes@crmes.org.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a

realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.crmes.org.br/>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I – Termo de Referência;

13.11.2 Anexo II – Mapa de Riscos;

13.11.3 Anexo III – Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

13.11.4 Anexo IV – Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo

13.11.5 Anexo V – Termo de Ciência;

13.11.6 Anexo VI – Minuta de Termo de Contrato;

13.11.7 Anexo VII – Modelo da Proposta de Preços;

13.11.8 Anexo VIII – Modelo de Declaração não Ocorrência de Registro de Oportunidade;

13.11.9 Anexo IX – Modelo Declaração de Ciência e Concordância;

13.11.10 Anexo X – Modelo de Declaração de Contratos Firmados;

13.11.11 Anexo XI – Modelo Declaração de Vistoria.

Vitória/ES , 03 de junho de 2026.

Dra. KAROLINE CALFA PITANGA
Presidente do CRM-ES



Documento assinado eletronicamente por **Karoline Calfa Pitanga, Presidente do CRM-ES**, em 08/06/2026, às 10:37, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **4326965** e o código CRC **D786FAF2**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |
CEP 29050-730 | Vitória/ES -
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000657-0 | data de inclusão: 02/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**TERMO DE REFERÊNCIA 14.133/21 PREGÃO/CONCORRÊNCIA Nº SEI-8 -
CRM-ES/SECGER/GEADM/CPC**

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES Nº 001/2026
PROCESSO CRM-ES Nº SEI 26.8.000000657-0
PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.022/2026**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de solução de tecnologia da informação referente a Licença do Software Oracle Database Standard Edition 2 - Processor Perpetual - Versão 21c ou superior com garantia, suporte e atualização por 36 meses, incluindo instalação, configuração, migração e homologação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	LICENÇA ORACLE DATABASE STANDARD EDITION 2 (SE2) - PROCESSADOR PERERTUAL - VERSÃO 21C OU SUPERIOR (PARA TRÊS PROCESSADORES)	27464	Unidade	3	R\$ 117.182,72	R\$ 351.548,16
2	INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO DOS DADOS E HOMOLOGAÇÃO DOS SERVIÇOS	26972	Serviço	1	R\$ 21.000,04	R\$ 21.000,04
3	GARANTIA, SUPORTE e ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS ORACLE DATABASE STANDARD EDITION 2 (SE2) - PROCESSOR PERPETUAL POR 36 MESES	27740	Serviço	3	R\$ 85.684,44	R\$ 257.053,32

VALOR GLOBAL TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL	R\$ 629.601,52
--	---------------------------

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço licitado tem padrão de qualidade e desempenho definido objetivamente, trata-se de objeto plenamente disponível no mercado, sendo enquadrado na definição de serviços comuns descrita no art. 29 da Lei 14.133/21.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O objeto é enquadrado como não contínuo, com exceção do Item 3 “Garantia, Suporte e Atualização”.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de **vigência da contratação dos itens 1 e 2 é de 12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. A **vigência da contratação do item 3, “GARANTIA, SUPORTE e ATUALIZAÇÃO ORACLE DATABASE STANDARD EDITION 2 - PROCESSOR PERPETUAL”, será de 36 (trinta e seis) meses**, podendo ser prorrogada até o prazo máximo permitido no artigo 107, da Lei 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Do Enquadramento como Solução de TIC

1.6.1. O objeto da presente contratação — que engloba o licenciamento de banco de dados Oracle SE2 e seus serviços agregados — constitui, essencialmente, uma Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). O sistema gerenciador de banco de dados (SGBD) é o núcleo tecnológico que sustenta todas as aplicações finalísticas, cadastros médicos e rotinas administrativas do CRM-ES.

1.6.2. Do Atesto de Conformidade: O setor técnico demandante – Tecnologia da Informação do CRM-ES atesta expressamente que o planejamento desta demanda observou integralmente as condições e diretrizes específicas para contratação de Licenciamento de Software e Serviços Agregados, conforme estabelecido no Anexo I da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022. O modelo normatizado federal foi integralmente seguido como balizador para a construção dos documentos que instruem este feito.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contexto Atual e Riscos Operacionais Imediatos

2.1.1. O CRM-ES opera atualmente com a versão Oracle Database 21c XE (Express Edition), uma versão gratuita e que impõe restrições técnicas severas: limite de 2GB de RAM e 12GB de armazenamento. Com o volume crescente de dados e a carga de aproximadamente 70 usuários simultâneos, o sistema encontra-se no limiar de exaustão de recursos, o que gera lentidão e risco iminente de corrupção de dados ou interrupção por falta de espaço.

2.1.2. Por ser uma versão de uso livre, não há acesso a Patches de Segurança Críticos (CPU) ou suporte oficial, deixando a base de dados do Conselho vulnerável a explorações e falhas de software sem possibilidade de correção pelo fabricante (Oracle), expondo o Conselho a um alto risco operacional. A ausência de uma licença de uso comercial e, conseqüentemente, de um contrato de suporte formal, inviabiliza o atendimento rápido e especializado em casos de falhas críticas, travamentos, ou

quaisquer outros incidentes que possam causar a indisponibilidade do sistema.

2.2. Impacto da Indisponibilidade e Relevância Estratégica

2.2.1. O Banco de Dados Oracle é o sistema de gerenciamento central (SGBD) que viabiliza a totalidade dos serviços finalísticos e administrativos do CRM-ES. Nele são armazenados e gerenciados dados estratégicos, como o cadastro e histórico de médicos e empresas inscritas (Pessoa Física e Pessoa Jurídica), além de suportar os sistemas utilizados pelos departamentos de Registro, Financeiro e de Processos/Fiscalização. A indisponibilidade deste SGBD paralisa todas as operações do Conselho, desde a execução de tarefas administrativas internas até a prestação de serviços essenciais ao público, como a consulta de médicos no website.

2.3. Necessidade de Adequação Tecnológica e Evolução de Sistemas

2.3.1. As novas versões e atualizações dos sistemas de aplicação do CRM-ES demandam, para seu pleno funcionamento e compatibilidade, recursos e funcionalidades que são nativos das versões licenciadas do fabricante, como o Oracle Database Standard Edition ou versões mais atuais. A permanência na versão gratuita (XE) limita a evolução tecnológica e a capacidade de suportar as novas necessidades e demandas de performance e segurança do Conselho.

2.3.2. Atualmente, o banco de dados reside em um cluster VMware composto por dois hosts físicos. De acordo com as políticas de licenciamento da Oracle para ambientes virtualizados, a métrica de licenciamento deve cobrir a totalidade dos *sockets* físicos onde a máquina virtual (VM) pode residir.

2.3.3. Para garantir a Alta Disponibilidade (HA) e a continuidade do serviço em caso de falha de um dos servidores, torna-se imperativa a aquisição de 03 (três) licenças na métrica Processor, cobrindo o socket único do host HP e os dois sockets do host Dell. Esta configuração elimina o risco de passivos financeiros vultosos em eventuais auditorias de conformidade de software.

2.4. Exigência de Licenciamento e Suporte Especializado

2.4.1. A tecnologia Oracle possui direito de uso proprietário, sendo a aquisição de licença específica uma condição *sine qua non* para sua utilização em conformidade legal e para a obtenção de suporte oficial. Adicionalmente, o SGBD Oracle é uma tecnologia que exige um alto grau de conhecimento técnico e especializado para sua manutenção, otimização e gestão de crises. Visto que o quadro funcional do CRM-ES não dispõe de pessoal com o conhecimento aprofundado e dedicado necessário para estas atividades, a contratação de serviços de suporte e manutenção de terceiros torna-se imprescindível.

2.5. Evolução Tecnológica e Performance

2.5.1. A migração para a edição Standard Edition 2 (SE2) permitirá ao CRM-ES expandir o uso de memória RAM de 2GB para até 64GB, além de permitir o uso de até 16 threads de processamento. Este salto tecnológico é indispensável para suportar as novas versões dos sistemas administrativos que demandam maior throughput e menor tempo de resposta nas consultas.

2.6. Preservação do Investimento e Estratégia Futura

2.6.1. A contratação prevê a aquisição de licenças perpétuas, garantindo a proteção do patrimônio do CRM-ES. No planejamento de médio prazo para migração para novos servidores de socket único (Hyper-V), o ativo de software será integralmente preservado.

2.6.2. A licença sobressalente resultante dessa futura migração de hardware será estrategicamente realocada para a criação de um Ambiente de Homologação/Testes, hoje inexistente, permitindo que atualizações de sistemas sejam testadas em

ambiente seguro antes da implementação em produção, mitigando riscos de erros operacionais.

2.7. Mitigação de Riscos e Continuidade

2.7.1. Para mitigar os riscos operacionais, legais e de segurança decorrentes da utilização de uma versão sem suporte, e para garantir a alta disponibilidade, integridade e performance dos serviços do Conselho, a aquisição da licença, o suporte técnico oficial e os serviços de migração/homologação são fundamentais. Esta contratação visa assegurar o pleno funcionamento do SGBD, permitindo o acesso às atualizações de segurança, correções de bugs e a resolução célere de incidentes críticos, mantendo assim a continuidade e qualidade dos serviços públicos prestados pelo CRM-ES.

2.8. A presente contratação está prevista no item 23 do Plano Anual de Contratações do CRM-ES, publicado no Portal Transparência e Prestação de Contas, que pode ser acessado por meio do link <https://transparencia.crmes.org.br/index.php/licitacoes-contratos/plano-anual-de-contratacoes>.

2.9. O objeto da contratação também está alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional do CRM-ES, em consonância com o objetivo estratégico de “Consolidar Tecnologia”, publicado no Portal Transparência e Prestação de Contas, que pode ser acessado por meio do link <https://transparencia.crmes.org.br/index.php/acoes-e-programas/objetivos-estrategicos-indicadores-metas-e-resultados>.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta visa a contratação de empresa especializada em fornecimento de licenciamento do software Oracle Database Standard Edition 2 – Processor Perpetual – Versão 21c, com suporte e garantia de 36 meses, incluindo instalação, configuração, migração e homologação dos serviços, conforme detalhado abaixo:

3.1.1. Licença: Oracle Database Standard Edition 2 (SE2) – Versão 21c (ou superior) para três processadores.

3.1.2. Suporte: O suporte deverá incluir atendimento em caso de falha/interrupção no funcionamento do banco de dados e atualizações de versões/patch disponibilizado pela fabricante.

3.1.3. Tipo de licença: Licença Processor Perpetual. Isso Significa que a licença é adquirida de forma permanente.

3.1.4. Instalação: Execução da instalação do Oracle Database 21c SE2 nos servidores designados, seguindo as melhores práticas da Oracle e as recomendações de segurança.

3.1.5. Configuração: Configuração inicial do banco de dados para otimizar o desempenho, a segurança e a disponibilidade, considerando as características dos sistemas e aplicações do órgão (ex: ajuste de parâmetros de memória, storage, redo logs, etc.).

3.1.6. Migração: Migração da versão gratuita atual para versão licenciada.

3.1.7. Homologação: Diversos tipos de teste para validação da operação correta da ferramenta.

3.1.8. Maior detalhamento da solução consta descrito nos itens abaixo “Requisitos Técnicos”, “Requisitos de Instalação, Configuração, Migração” e “Requisitos de Garantia, Suporte Técnico e Atualização”.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.2. Disponibilidade e Continuidade: Garantir a alta disponibilidade dos sistemas e serviços do órgão, minimizando interrupções e assegurando a continuidade das operações;

4.3. Desempenho: Assegurar que o banco de dados seja capaz de suportar a carga de trabalho atual e futura, garantindo tempos de resposta adequados para todas as aplicações;

4.4. Confiabilidade: Prover uma solução de banco de dados robusta e confiável, capaz de proteger a integridade dos dados e prevenir perdas;

4.5. Escalabilidade: Possibilitar o crescimento da infraestrutura de banco de dados conforme as necessidades do órgão evoluem, sem a necessidade de grandes reestruturações;

4.6. Conformidade: Atender às exigências de conformidade interna e externa, incluindo auditorias e regulamentações específicas do setor público;

4.7. Segurança: Garantir recursos robustos de segurança, com criptografia de dados, controle de acesso detalhado, garantir acessos não autorizados;

4.8. Dados: Incluir a cópia e restauração dos arquivos de forma profissional. Os requisitos da contratação estão descritos em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, com ênfase para os seguintes:

Requisitos Técnicos

4.9. Versão: Contratação de licenças para Oracle Database Standard Edition 2 (SE2) - Versão 21c ou superior para três processadores;

4.10. Licenciamento: Aquisição de licenças Processor Perpetual, garantindo o direito de uso do software por tempo indeterminado;

4.11. Compatibilidade: O software e os serviços devem ser compatíveis com a infraestrutura de hardware e software existente no órgão;

4.12. Gerenciamento: O banco de dados deve oferecer ferramentas de gerenciamento eficientes para monitoramento, otimização e manutenção;

4.13. Segurança (Técnica): Recursos de segurança intrínsecos ao banco de dados para proteção de dados, controle de acesso e auditoria;

Requisitos de Instalação, Configuração e Migração

4.14. A empresa contratada será responsável pela implementação integral da solução, incluindo:

4.14.1. Planejamento detalhado da instalação e/ou migração, com cronograma previamente aprovado pela área técnica da instituição;

4.14.2 Execução das atividades técnicas;

4.14.3. Instalação da licença Oracle no ambiente institucional;

4.14.4. Configuração de parâmetros técnicos conforme boas práticas do fabricante e do mercado;

4.14.5. Migração de bases de dados existentes, sem perda de integridade ou disponibilidade;

4.14.6. Testes de validação funcional e de performance.

4.14.7. Durante a implementação, a empresa deverá:

4.14.7.1. Minimizar impactos nos sistemas em produção, preferencialmente realizando as atividades críticas fora do horário comercial;

4.14.7.2. Documentar todas as etapas realizadas;

4.14.7.3. Fornecer manual técnico e documentação de configuração/migração à equipe da instituição;

4.14.8. Será obrigatório o acompanhamento da área do Departamento de Tecnologia da Informação da instituição durante a execução todas as etapas de implementação;

4.14.9. A conclusão da implementação será formalizada mediante:

- 4.14.9.1. Apresentação de relatório técnico conclusivo;
- 4.14.9.2. Validação das configurações e desempenho;
- 4.14.9.3. Assinatura do termo de aceite.
- 4.14.9.4. Termo de aceite final
- 4.14.9.4.1. Após devidamente instalada, configurada, homologada e testada presencialmente pelos técnicos designados pelo Departamento de Tecnologia da Informação, a Solução será considerada como entregue, em acordo com os termos citados acima neste documento e também em acordo com os "Critérios Técnicos para o Recebimento Definitivo da Licença e dos Serviços e Procedimentos de Teste e Inspeção" constantes nos itens 8.19 a 8.22.1.2.
- 4.14.9.4.2. Eventuais falhas ou interrupções decorrentes da má execução da implementação serão de responsabilidade da empresa contratada, sem ônus para a instituição.

Requisitos de Garantia, Suporte Técnico e Atualização

4.15. Objeto da Garantia e Suporte

4.15.1. A contratação contempla o fornecimento de garantia técnica e serviços de suporte oficial do fabricante (Oracle) para o software Oracle Database Standard Edition 2 – Processor Perpetual – Versão 21c ou superior (para três processadores), pelo período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de recebimento do código CSI (Customer Support Identifier).

4.16. Padrão de Atendimento (Oracle Premier Support)

4.16.1. O suporte técnico deverá ser prestado estritamente no padrão "Oracle Premier Support" (ou equivalente oficial vigente), entregue diretamente pela Central de Suporte da Oracle, observando as seguintes condições:

4.16.1.1. Disponibilidade: O suporte deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para abertura de chamados críticos via telefone (0800) e portal web.

4.16.1.2. Canais de Acesso: A Contratada deverá garantir ao CRM-ES o acesso irrestrito ao portal My Oracle Support (ou endereço oficial equivalente), permitindo o registro de solicitações de serviço (Service Requests), acesso à base de conhecimento (Knowledge Base) e download de arquivos.

4.16.1.3. Idioma: O suporte técnico deverá oferecer atendimento preferencialmente em Língua Portuguesa ou, na sua impossibilidade imediata para casos de severidade crítica (plantão 24h), em Inglês técnico.

4.17. Escopo de Serviços e Atualizações - Durante o ciclo de vigência da garantia (36 meses), a licença deverá contemplar, sem custos adicionais:

4.17.1. Atualização Tecnológica: Direito de uso de novas versões (major releases), versões de manutenção (maintenance releases) e funcionalidades selecionadas lançadas pelo fabricante.

4.17.2 Correções e Segurança: Acesso a patches de correção de bugs, scripts de atualização, alertas de segurança e atualizações críticas de patches (CPUs).

4.17.3. Conformidade Legal: Disponibilização de atualizações fiscais, legais e regulatórias, conforme a disponibilidade do programa para o país.

4.17.4. Requisitos da Licença e Documentação Para fins de validade contratual e recebimento, devem ser observados os seguintes requisitos obrigatórios:

4.17.4.1. Caráter Perpétuo: A licença deve ser emitida na modalidade "Perpétua", garantindo que, após o período de 36 (trinta e seis) meses de suporte, o produto continue a ser utilizado pelo contratante, independentemente da renovação do contrato de manutenção.

4.17.4.2. Identificação Oficial: A documentação de licenciamento deve ser emitida oficialmente pela Oracle, constando explicitamente:

4.17.4.2.1. O nome do Contratante (CRM-ES);

4.17.4.2.2. O número do CSI (Customer Support Identifier);

- 4.17.4.2.3. O período de cobertura do serviço (Software Update License & Support);
- 4.17.4.2.4. O número do pedido e a métrica de licenciamento (Processador).
- 4.18. Sem Restrição de Usuários: O produto licenciado por processador deverá funcionar no servidor designado sem qualquer restrição técnica quanto ao número de usuários conectados.
- 4.19. Entrega e Manuais
- 4.19.1. Entrega Digital: Prioriza-se a entrega dos instaladores e documentação via download oficial no site do fabricante, dispensando-se mídias físicas, salvo solicitação expressa.
- 4.19.2. Manuais: A cada nova versão implementada, deverão ser disponibilizados (em formato digital) os manuais de uso e instalação atualizados.

Requisitos de Capacitação

- 4.20. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

- 4.21. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, à Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos de Manutenção

- 4.22. Devido às características da solução, não há necessidade de realização de manutenções [corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva] pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.

Requisitos Temporais

- 4.23. A licença deverá ser entregue em 15 dias úteis a contar do recebimento pela Contratada da Ordem de Serviço;
- 4.24. A migração total do banco e base de dados, deverá ser feita em até 30 dias corridos a contar da entrega da licença;
- 4.25. A Garantia, Suporte Técnico e Atualização Oracle Database Standard Edition 2 - Processor Perpetual serão fornecidos pelo período de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de recebimento do código CSI (Customer Support Identifier).
- 4.26. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Requisitos de Segurança e Privacidade

- 4.27. A solução deverá atender aos seguintes princípios:
- 4.27.1. Atendimento à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);
- 4.27.2. Restrições contratuais sobre uso e compartilhamento de dados;
- 4.27.3. Conformidade com a política de segurança da informação do CRM-ES;
- 4.27.4. Os prestadores não poderão utilizar informações institucionais para qualquer outro fim além do serviço contratado.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.28. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:
- 4.28.1. Requisitos Ambientais (Sustentabilidade e TI Verde)
- 4.28.1.1. Considerando que o objeto envolve tanto fornecimento de software quanto serviços intelectuais, a Contratada deve observar:

4.28.1.1.1. Desmaterialização e Entrega Digital: A entrega das licenças de uso (Item 1) e das chaves de ativação deve ser realizada exclusivamente por meio digital (download ou transferência eletrônica), dispensando-se o fornecimento de mídias físicas (CDs, DVDs, pendrives) ou manuais impressos, visando a redução de resíduos sólidos e plásticos, salvo se estritamente necessário e tecnicamente justificado.

4.28.1.1.2. Eficiência Energética do Software: A solução ofertada (Oracle Database 21c ou superior) deve possuir mecanismos nativos de otimização de recursos de processamento e memória, contribuindo para o menor consumo energético da infraestrutura de servidores do CRM-ES (Green Software).

4.28.1.1.3. Execução Remota Preferencial: Para os serviços de instalação, configuração e migração (Item 2) e suporte (Item 3), deve-se priorizar o atendimento remoto via acesso seguro (VPN ou ferramentas de suporte), visando a redução da emissão de gases de efeito estufa (CO2) decorrentes do deslocamento físico de técnicos, exceto quando a presença física for imprescindível para a execução do objeto.

4.28.1.1.4. Destinação de Resíduos (Se aplicável): Caso a execução dos serviços (Item 2) gere qualquer tipo de resíduo nas dependências do CRM-ES (ex: descarte de embalagens de equipamentos auxiliares), a Contratada será responsável pela sua destinação final ambientalmente adequada, vedado o descarte em lixo comum.

4.28.2. Requisitos Sociais e Trabalhistas

4.28.2.1. Visando assegurar que a contratação fomenta práticas socialmente justas na cadeia de fornecimento de TI:

4.28.2.1.1. Regularidade Trabalhista: A Contratada deve assegurar que os profissionais alocados para a execução dos serviços (instalação, migração e suporte) gozem de todos os direitos trabalhistas e previdenciários legais, sendo vedada a utilização de mão de obra em condições análogas à escravidão ou trabalho infantil.

4.28.2.1.2. Equidade e Não-Discriminação: Na execução do contrato, a Contratada deve adotar práticas que vedem qualquer forma de discriminação (raça, gênero, religião ou orientação sexual) em relação aos seus empregados e no tratamento com os servidores do CRM-ES.

4.28.2.1.3. Segurança do Trabalho: Durante a execução de serviços presenciais (se houver), os técnicos da Contratada devem utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados, respeitando as normas de segurança do trabalho vigentes no CRM-ES.

4.28.3. Requisitos Culturais e de Acessibilidade

4.28.3.1. Para garantir a adequação da solução aos costumes, idioma e normas locais:

4.28.3.1.1. Idioma da Documentação e Interface: Embora o core do banco de dados utilize comandos universais (SQL/Inglês), a interface de ferramentas de administração gráfica, bem como toda a documentação técnica de apoio fornecida, deve estar preferencialmente disponível em Língua Portuguesa (PT-BR) ou, na sua impossibilidade técnica, em Inglês técnico, sendo vedados outros idiomas que dificultem o entendimento pela equipe do CRM-ES.

4.28.3.1.2. Suporte e Transferência de Conhecimento: O serviço de suporte técnico e a homologação/transferência de conhecimento (Item 2 e 3) devem ser realizados obrigatoriamente em Língua Portuguesa, facilitando a comunicação clara, a resolução ágil de incidentes e a perfeita compreensão das orientações pelos empregados do CRM-ES.

4.28.3.1.3. Respeito à Cultura Organizacional: Os profissionais da Contratada deverão observar o Código de Ética e Integridade e a Política de Segurança da Informação do CRM-ES, respeitando a hierarquia e os fluxos de trabalho estabelecidos pela autarquia durante a migração e homologação dos dados.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.29. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.30. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.31. Os serviços deverão observar integralmente os Requisitos de Instalação, Configuração, Migração dos dados, constantes nos itens 4.14 a 4.14.9.4.2 e os Requisitos de Garantia, Suporte Técnico e Atualização, constantes nos itens 4.15 a 4.19.2.

Requisitos de Implantação

4.32. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação e demais já citados no item acima (4.31).

Requisitos de Experiência Profissional

4.33. Os profissionais que executarão os serviços de instalação, migração, assistência técnica e suporte deverão ser especialistas certificados Oracle Certified Professional (OCP) ou superior;

4.34. A comprovação da certificação deverá ser apresentada quando da assinatura do contrato.

Requisitos de Formação de Equipe

4.35. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.36. A entrega da licença e a execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.37. A OS indicará os itens contratados, incluindo a quantidade, serviços e a localidade na qual deverão ser prestados.

4.38. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana (segunda a sexta-feira) por via telefônica.

4.39. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.40. Bancos de dados estruturados e não estruturados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

4.41. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização e portabilidade desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

4.42. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos na Política de Segurança da Informação do CRM-ES.

Vistoria

4.43. Os interessados poderão realizar avaliação prévia do local de execução dos

serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por empregado designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10 às 19 horas.

4.44. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.45. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.46. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos a ser agendado através do e-mail licitacoes@crmes.org.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

4.47. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.48. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do local da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Sustentabilidade

4.49. Deverão ser atendidos os seguintes requisitos de sustentabilidade:

4.49.1. Gerenciamento de Ciclo de Vida: Aderência a um modelo de gerenciamento de ciclo de vida do software que permita futuras atualizações e manutenções de forma sustentável.

4.49.2. Considerar os impactos ambientais e sociais da solução Oracle desde a sua concepção e implementação até ao seu uso e eventual descontinuação ou substituição.

4.49.3. Eficiência Energética: Avaliar a eficiência energética da infraestrutura de nuvem onde a solução Oracle será executada, bem como dos equipamentos de suporte.

4.49.4. Redução de Resíduos: Analisar a gestão dos resíduos gerados ao longo do ciclo de vida da solução e da infraestrutura de apoio.

4.49.5. Materiais Sustentáveis: Preferir soluções que envolvam o uso de componentes reciclados, recicláveis ou com menor impacto ambiental na sua produção

Subcontratação

4.50. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

Garantia da Contratação (Execução)

4.51. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

4.51.2. Considerando a adoção do **pagamento antecipado para o Item 3 (Suporte e Atualização)**, conforme autorizado pelo art. 145, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, a garantia prestada servirá como salvaguarda à Administração contra eventual inexecução do serviço pelo fabricante ou revenda durante o período de 36 meses.

4.51.3. A liberação da garantia ou a sua restituição somente ocorrerá após o término da vigência total do suporte (36 meses) e a confirmação de que todas as atualizações

- e serviços foram devidamente prestados, nos termos do art. 145, § 2º da referida Lei.
- 4.52. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.53. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.54. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia até a assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.55. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.56. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.57. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.58. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica, com correção monetária.
- 4.59. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.60. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.61. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.61.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.62. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.62.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e
- 4.62.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.
- 4.63. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.64. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.65. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.66. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.66.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.66.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.67. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.67.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.67.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.68. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.69. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.70. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.71. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico e Administrativo do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-

fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. Fazer a transição contratual, quando for o caso.

5.2.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.2.10.1. A licitante deverá apresentar, junto à sua proposta de preços, declaração formal atestando a não ocorrência do 'registro de oportunidade' junto ao fabricante Oracle para o presente certame, de forma a garantir a ampla competitividade, a isonomia e a vedação a monopólios comerciais no processo licitatório, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e do item 1.7 do Anexo I da IN SGD/ME nº 94/2022". (Modelo de Declaração – Anexo VIII deste Edital. Deverá ser apresentada juntamente com a Proposta de Preços).

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Em até 5 dias úteis após a assinatura do contrato, o Contratante promoverá reunião inicial, com a Contratada, para apresentação dos empregados da empresa que serão responsáveis pelo contrato deste Conselho. Nesta oportunidade deverá ser entregue o cronograma de execução dos serviços de instalação, configuração, migração e homologação para ser validado pela equipe de fiscalização do CRM-ES.

6.1.2. A licença deverá ser disponibilizada para o CRM-ES em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento pela Contratada da Ordem de Serviço.

6.1.3. A migração total do banco de dados, deverá ser feita em até 30 (trinta) dias corridos a contar da entrega da licença.

6.1.4. A Garantia, Suporte Técnico e Atualização Oracle Database Standard Edition 2 – Processor Perpetual serão fornecidos pelo período de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de recebimento do código CSI (Customer Support Identifier).

Local e horário da prestação de serviços

6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Professora Emília Franklin Mululo, 228, Bento Ferreira, Vitória/ES, 29.050-730.

6.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de 10h às 19h.

6.3.1. A instalação, configuração e migração poderão ocorrer, a pedido do CRM-ES, fora do horário de expediente, o qual compreende o horário entre 10h e 19h, de modo a minimizar eventuais impactos aos ambientes computacionais.

Rotinas a serem cumpridas

6.4. A rotina será elaborada em conjunto na reunião inicial conforme previsto no item 6.1.1.

Materiais a serem disponibilizados

6.5. Não se aplica à presente contratação.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.6. Para dimensionar o esforço técnico da migração (Item 2), o fornecedor deve considerar:

6.6.1. Origem: O CRM-ES opera atualmente com a versão Oracle Database 21c XE (Express Edition), gratuita e sem suporte.

6.6.2. Destino: A migração será para a versão Oracle Database Standard Edition 2 (SE2) - Versão 21c (ou superior).

6.6.3. Volume de Licenciamento: A proposta deve contemplar a licença para 03 (três) processadores.

Formas de transferência de conhecimento

6.7. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

6.9. Não se aplica devido às características do objeto.

Mecanismos formais de comunicação

6.10. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

I) Ordem de Serviço;

II) Ata de Reunião;

III) Ofício;

IV) Sistema de abertura de chamados;

V) E-mails e Cartas;

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.11. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.12. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, será assinado pelo representante legal do Contratado.

7. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

7.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual.

7.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Reunião Inicial

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1 Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2 Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3 Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5 Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Rotinas de Fiscalização

7.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato designado(s), ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.12. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar

os melhores resultados para a Administração.

7.13. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual, se for o caso.

7.18. A fiscalização de que trata estas cláusulas não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

7.19. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.21. O fiscal técnico pode acumular as atribuições do fiscal administrativo.

Gestor do Contrato

7.22. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.22.8. receber e dar encaminhamento imediato:

7.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1 não produziu os resultados acordados,

8.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

8.3. Os serviços serão recebidos, provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços.

8.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.8. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.8.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos

ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo fiscal/gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Critérios Técnicos para o Recebimento Definitivo da Licença e dos Serviços e Procedimentos de Teste e Inspeção:

8.19. Critérios para o Item 1: Licenciamento de Software

8.19.1. O recebimento deste item é documental e digital, devendo ser validado pela conferência dos seguintes entregáveis:

8.19.1.1. Entrega Digital: Disponibilização das chaves de ativação e link para download oficial via transferência eletrônica.

8.19.1.2. Comprovação de Propriedade: Entrega do certificado de licenciamento (License Certificate) ou documento equivalente emitido pela Oracle, contendo o número do CSI (Customer Support Identifier) vinculado ao CNPJ do CRM-ES.

8.19.1.3. Versão: Confirmação de que a licença corresponde à edição Standard Edition 2 (SE2) - Versão 21c ou superior, na métrica "Processor Perpetual".

8.20. Critérios para o Item 2: Instalação, Migração e Homologação

8.21 O aceite técnico dependerá da validação funcional do ambiente após a migração da versão gratuita (XE) para a licenciada (SE2).

8.21.1. Instalação e Configuração

8.21.1.1. Conformidade: Instalação realizada seguindo as melhores práticas recomendadas pelo fabricante (Oracle), incluindo ajustes de parâmetros de memória e storage.

8.21.1.2. Segurança: Aplicação dos patches de segurança e correções (Release Updates) mais recentes disponíveis na data da instalação.

8.21.2. Migração de Dados (Integridade)

8.21.2.1. Totalidade: A migração da base de dados existente deve ocorrer sem perda de integridade ou disponibilidade. O técnico do CRM-ES deverá validar se o número de registros (linhas) e objetos no destino é idêntico ao da origem.

8.21.2.2. Funcionalidade: Testes de validação funcional comprovando que os sistemas do CRM-ES conectam corretamente ao novo banco e executam as operações de leitura e gravação.

8.21.3. Documentação ("As-Built")

8.21.3.1. Entrega de manual técnico e documentação detalhada contendo o registro de todas as etapas realizadas, configurações aplicadas e topologia do ambiente migrado.

8.21.4. Teste Presencial

8.21.4.1. A solução só será considerada entregue após ser testada presencialmente pelos técnicos do Departamento de TI do CRM-ES, validando configurações e desempenho.

8.22. Critérios para o Item 3: Garantia, Suporte e Atualização Oracle

8.22.1. Para o aceite do contrato de suporte, a Contratada deve demonstrar que o serviço está ativo e acessível:

8.22.1.1. Acesso ao Portal: Comprovação de acesso liberado ao portal My Oracle Support (Metalink), permitindo abertura de chamados e download de atualizações.

8.22.1.2. Canais de Atendimento: Disponibilização formal dos contatos (telefone, e-mail, portal) para abertura de chamados, conforme exigido no TR.

Liquidação

8.23. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;
IV) o período respectivo de execução do contrato;
V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.27. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.28.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.28.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

8.33. O pagamento será efetuado de acordo com o **cronograma físico financeiro** no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.34. O pagamento do item 3 (Garantia, Suporte e Atualização) será realizado em parcela única, de forma antecipada ao período de prestação, mediante a assinatura do **contrato**, da **ordem de serviço**, da prestação da **garantia de Execução** (Item 4.51) e da comprovação documental da ativação do suporte técnico oficial junto ao fabricante (Oracle) pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, conforme exigido no Art. 145, §1º da Lei 14.133/2021.

8.34.1. O **Certificado de Licenciamento** deve ser emitido pela Oracle, contendo o número do CSI (Customer Support Identifier) vinculado ao CNPJ do CRM-ES e o período de cobertura integral (36 meses).

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Evento	Prazo estimado	Valor da proposta da contratada
---------------	-----------------------	--

1- Entrega de 03 (três) Licenças Oracle Database Standard Edition 2 (SE2) – Processador Perpetual – Versão 21C ou Superior (Para Três Processadores).	15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento pela Contratada da Ordem de Serviço.	Valor da proposta da contratada para o item 1 – máximo aceitável de R\$ 351.548,16
2- Instalação, Configuração, Migração dos Dados e Homologação dos Serviços.	30 (trinta) dias corridos a contar da entrega da licença.	Valor da proposta da contratada para o item 2 – máximo aceitável de R\$ 21.000,04
3- Garantia, Suporte e Atualização para as 03 (três) Licenças Oracle Database Standard Edition 2 (SE2) – Processor Perpetual por 36 meses.	Vigência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de recebimento do código CSI (Customer Support Identifier).	Valor da proposta da contratada para o item 3 – máximo aceitável de R\$ 257.053,32
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA DA CONTRATADA		Máximo aceitável de R\$ 629.601,52

8.35. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de Pagamento

8.36. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.36.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.38. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.39. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.40. A presente contratação permite a antecipação de pagamento total do item 03, conforme as regras previstas no presente tópico.

8.40.1. O Contratado emitirá nota fiscal ou fatura ou documento idôneo correspondente ao valor da antecipação de pagamento do valor da proposta da contratada – valor máximo aceitável de R\$ R\$ 257.053,32 (duzentos e cinquenta e sete mil e cinquenta e três reais e trinta e dois centavos) , tão logo seja assinado o contrato, a ordem de serviço , prestada a garantia de Execução (Item 4.51) e feita a entrega do Certificado de Licenciamento emitido pela Oracle, contendo o número do CSI (Customer Support Identifier) vinculado ao CNPJ do CRM-ES e o período de cobertura integral de 36 (trinta e seis) meses, para que o Contratante efetue o pagamento antecipado do item 03.

8.40.2. Fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

8.40.3. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

8.40.4. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ICTI - **Índice de Custo da Tecnologia da Informação**, ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

8.41. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

8.41.1. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota fiscal OU fatura OU documento idôneo.

8.41.2. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

8.41.3. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

Reajuste

8.42. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

8.42.1. Não se aplica reajuste de preços aos itens 1 e 2.

8.42.2. Em relação ao Item 3 (GARANTIA, SUPORTE e ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS ORACLE), por se tratar de pagamento único e antecipado, não incidirá reajuste sobre o período inicial de 36 meses.

8.42.2.1. Caso ocorra a prorrogação do suporte para períodos subsequentes (Art. 107 da Lei 14.133/21), o valor da nova contratação será baseado no mercado, limitado à variação do ICTI (IPEA), tendo como termo inicial para a contagem da periodicidade a data do orçamento estimado **25/03/2026**.

8.42.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.42.2.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.42.2.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.42.2.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.42.2.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.42.2.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

9- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Item	Ocorrência	Glosa / Sanção
------	------------	----------------

1	Atraso em prestar esclarecimentos: Não prestar esclarecimentos imediatamente referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 2 horas úteis.	Multa Moratória de 0,2% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações, até o limite de (5) dias úteis.
		Após o limite de (5) dias úteis, aplicar-se-á multa de (1) % do valor total do Contrato.
2	Atraso na Entrega ou Execução: Descumprimento dos prazos de entrega da Licença (15 dias úteis) ou da Migração do Banco de Dados (30 dias corridos).	Multa Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias.
3	Recusa em Correção (Qualidade): Recusa ou demora em refazer, reparar ou corrigir serviços rejeitados pela fiscalização (devido a vícios, defeitos ou incorreções) durante o Recebimento Provisório ou Definitivo.	Advertência formal na primeira ocorrência. Multa Compensatória de 5% do valor da contratação em caso de reincidência ou prejuízo grave à Administração.
4	Indisponibilidade de Suporte: Não disponibilizar os canais de atendimento (telefone/portal) ou negar acesso às atualizações do fabricante durante a vigência da garantia (36 meses).	Advertência para regularização imediata. Multa Compensatória de 5% do valor da contratação caso o serviço não seja restabelecido, caracterizando inexecução parcial.
5	Outros Descumprimentos: Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada especificamente nesta tabela (ex: Sigilo, Normas de Segurança, Troca de Profissional).	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos, aplica-se multa de (5) % do valor total do Contrato.

9.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

9.2.1 não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.2.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.3. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.3.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.4. Multa:

9.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 5% (**cinco** por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10- DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, com adoção do critério de julgamento de Menor Preço, fundamentado na Lei nº 14.133/21.

Regime de Execução

10.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de Habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes (Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital) relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19. Prova de regularidade com a Fazenda (Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

Qualificação Econômico-Financeira

10.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.24. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.24.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em

qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital social mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

10.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital – ECD ao Sped.

10.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

Qualificação Técnica

10.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

10.30. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.31. Comprovação de ser parceiro autorizado Oracle (OPN - Oracle Partner Network) ou revenda credenciada de acordo com os parceiros da Oracle que podem ser consultados diretamente no site da fabricante (<https://partner-finder.oracle.com/>).

10.32. Comprovação de aptidão de execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.32.1.1. Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

10.32.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.32.1.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.34. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

10.35. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.36. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.38. O CRM-ES se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos Contratos e Aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

Disposições gerais sobre habilitação

10.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

10.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.44.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.44.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.44.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.44.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.44.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.44.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- 10.44.6.1. ata de fundação;
- 10.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 10.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 10.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 10.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 10.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 10.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo total estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 629.601,52 (Seiscentos e vinte e nove mil, seiscentos e um reais e cinquenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.**

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1- As despesas decorrentes da execução do objeto da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária disponível para o exercício de 2026 sob as Rubricas:

6.2.2.1.2.44.90.52.011 - Aquisição/desenvolvimento de Software e

6.2.2.1.1.33.90.39.004 - Serviços Técnicos Profissionais - PJ

12.2- A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Orçamento respectivo, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Vitória/ES, 03 de junho de 2026.



Documento assinado eletronicamente por **Higor Finamore de Souza, Técnico Administrativo**, em 08/06/2026, às 11:10, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4327705** e o código CRC **ACDF33D9**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |
CEP 29050-730 | Vitória/ES -
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000657-0 | data de inclusão: 02/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MAPA DE RISCOS - CRM-ES/SECGER/GEADM/CPC

Vitória, 02 de junho de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 001/2026
PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000657-0
PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.022/2026

ANEXO II - MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Processo Administrativo Licitatório CRM-ES Nº 001/2026 PROCESSO SEI CRM-ES 26.8.000000657-0			
MODALIDADE: Pregão Eletrônico			
OBJETO: Contratação de solução de tecnologia da informação referente a Licença do Software Oracle Database Standard Edition 2 - Processor Perpetual - Versão 21c ou superior com garantia, suporte e atualização por 36 meses, incluindo instalação, configuração, migração e homologação, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital CRM-ES nº 90.022/2026 e seus anexos.			
ETAPA: PLANEJAMENTO DA DEMANDA E DIMENSIONAMENTO			
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor			
RISCO: Subdimensionamento do licenciamento em ambiente virtualizado; Erro na escolha da métrica (Processor vs Named User).			
PROBABILIDADE:	(X) Baixa	() Média	() Alta
IMPACTO:	() Baixo	() Médio	(X) Alto
DANO:	Risco de passivos financeiros vultosos em eventuais auditorias de conformidade de software pela Oracle; Paralisação das operações por incapacidade técnica do banco de dados em suportar a carga de usuários simultâneos.		
AÇÃO PREVENTIVA:	Conferência rigorosa do cluster VMware para assegurar que a métrica Processor cubra a totalidade dos sockets físicos onde a VM pode residir (socket único do host HP e dois sockets do host Dell), totalizando 3 licenças; Validação da necessidade de expansão de memória para suportar novas versões dos sistemas.		
RESPONSÁVEL:	Liderança ou Coordenadoria da área demandante.		
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Revisão do dimensionamento no Termo de Referência antes da publicação do edital ou aditamento para correção de métricas se detectado erro antes da ativação do CSI.		
RESPONSÁVEL:	Presidência e Equipe de Planejamento da Contratação.		

ETAPA: CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO	
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
RISCO: Ausência de ato designatório da equipe de Planejamento de Contratação ou falta de integração entre a área de TI e a Comissão.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixo () Médio () Alto
DANO:	Descumprimento de formalidade legal e risco de especificações técnicas desalinhadas com a necessidade real do setor de TI.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adotar checklist dos procedimentos a serem adotados para o planejamento de contratação.
RESPONSÁVEL:	Secretário Geral
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento.
RESPONSÁVEL:	Secretário Geral

ETAPA: ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES	
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
RISCO: Estudos técnicos preliminares deficientes; Não identificação correta da interoperabilidade necessária com o CFM	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO:	Licitação fracassada ou contratação de solução incompatível com os sistemas desenvolvidos pelo CFM (ACV, CNM, SIA, etc.); Manutenção do cenário de exaustão de recursos (limite de 2GB de RAM e 12GB de armazenamento) e riscos de segurança da versão XE
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar ETP fundamentado na IN SGD-ME nº 94/2022, assegurando que a justificativa técnica contemple a inviabilidade de migração para outras plataformas (como PostgreSQL) devido à dependência tecnológica dos módulos fornecidos pelo Conselho Federal de Medicina.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento de Contratação.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Revisar e complementar o ETP para detalhar as razões técnico-econômicas que impedem o parcelamento ou a mudança de tecnologia, reforçando a necessidade da licença perpétua e suporte oficial.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento de Contratação.

ETAPA: ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
RISCO: Falha na elaboração do termo de referência (especificações técnicas de suporte e métricas de licenciamento insuficientes)	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto

DANO:	Licitação fracassada ou contratação que não garanta o acesso ao código CSI (Customer Support Identifier); impossibilidade de realizar atualizações críticas de segurança e patches; manutenção do alto risco operacional e de vulnerabilidades da base de dados.
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar o TR assegurando a descrição clara da métrica "Processor Perpetual" e a exigência de suporte padrão "Oracle Premier Support" 24x7. Revisar se o documento contempla os critérios de recebimento definitivo da licença (certificado oficial Oracle) e dos serviços de migração sem perda de dados.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento de Contratação e Comissão de Contratação.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Analisar a necessidade de reformulação técnica do TR caso as propostas apresentadas demonstrem impossibilidade de cumprimento dos níveis mínimos de serviço (NMS) ou das diretrizes de licenciamento do fabricante.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento de Contratação/Diretoria.

ETAPA: APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
RISCO: Ausência de aprovação do termo de referência ou falta de alinhamento com o Plano Anual de Contratações (PAC)	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixo () Médio () Alto
DANO:	Atraso na contratação; risco de execução de despesa não prevista formalmente no planejamento estratégico institucional.
AÇÃO PREVENTIVA:	Certificar que o TR esteja alinhado ao item 23 do Plano Anual de Contratações do CRM-ES de 2026, aprovado em plenária ordinária, e colher as assinaturas eletrônicas dos membros da equipe de planejamento e da gerência administrativa antes do envio à autoridade superior.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento de Contratação.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Encaminhar o processo à Presidência do CRM-ES com justificativa de urgência baseada no risco de interrupção do SGBD atual por exaustão de recursos.
RESPONSÁVEL:	Presidente

ETAPA: PESQUISA DE MERCADO	
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
RISCO: Estimativa de preços inadequada (valores defasados em relação ao licenciamento perpétuo e suporte plurianual Oracle)	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO:	Licitação deserta por preços abaixo da tabela do fabricante ou contratação com sobrepreço; Atraso na mitigação do risco crítico de exaustão de armazenamento (atualmente em 12GB).

AÇÃO PREVENTIVA:	Utilizar o valor médio global estimado (R\$ 562.781,12) baseado em cotações de parceiros oficiais e contratações similares, como a do CRM-DF; Refinar a pesquisa no PNCP antes da elaboração do Termo de Referência definitivo.
RESPONSÁVEL:	Setor de Licitações e Contratos.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Utilizar a metodologia de média e/ou mediana para definição dos custos conforme a IN SEGES/ME nº 65/2021; Realizar diligências para verificar se os preços de referência contemplam o suporte oficial "Software Update License & Support" exigido.
RESPONSÁVEL:	Setor de Licitações e Contratos

ETAPA: DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO OU PREGOEIRO	
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
Ausência de designação formal da comissão de contratação ou do pregoeiro para a modalidade Pregão Eletrônico.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixo () Médio () Alto
DANO:	Nulidade dos atos praticados no certame; Atraso na aquisição das licenças necessárias para sanar a exaustão de recursos do banco de dados.
AÇÃO PREVENTIVA:	Identificar no processo o ato formal da autoridade competente designando os agentes públicos responsáveis pela condução do pregão, conforme as atribuições da Lei nº 14.133/2021.
RESPONSÁVEL:	Liderança do setor de Licitações e Contratos.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar a imediata publicação do ato de designação da equipe de pregão para regularizar o rito processual.
RESPONSÁVEL:	Presidente

ETAPA: PUBLICAÇÃO / DIVULGAÇÃO DO EDITAL	
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
RISCO: Ausência de publicação do edital nos meios oficiais ou inobservância dos prazos legais de publicidade	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo (X) Médio () Alto
DANO:	Anulação dos atos praticados; Atraso na aquisição das licenças Oracle, prolongando a vulnerabilidade dos dados e o risco de interrupção por falta de espaço.
AÇÃO PREVENTIVA:	adoção de checklist contemplando a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial do CRM-ES, garantindo o cumprimento dos prazos para a modalidade Pregão Eletrônico.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratações / Pregoeiro.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar a imediata publicação/replicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação das propostas conforme a legislação vigente.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro.

ETAPA: ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO	
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	

RISCO: Elaboração de Edital com cláusulas contraditórias, omissões quanto às exigências de certificação técnica ou critérios de julgamento inadequados.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO:	Impugnações judiciais ou administrativas; seleção de empresa sem "expertise" para realizar a migração crítica dos dados; risco de perda de integridade do banco de dados durante a execução.
AÇÃO PREVENTIVA:	Garantir que o Edital reflita fielmente o TR, exigindo explicitamente o credenciamento Oracle Partner Network (OPN) e a certificação Oracle Certified Professional (OCP) para os técnicos. Estabelecer claramente que o critério de julgamento é o Menor Preço Global.
RESPONSÁVEL:	Setor de Licitações e Contratos / Assessoria Jurídica.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Republicação do Edital com as devidas retificações técnicas e jurídicas, reiniciando-se o prazo legal para apresentação de propostas.
RESPONSÁVEL:	Pregoeiro e Equipe de Planejamento.

ETAPA: SELEÇÃO DO FORNECEDOR	
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
RISCO: Interposição de Recurso por parte de licitantes devido a desclassificações por falta de certificação ou erros na análise da proposta técnica.	
PROBABILIDADE:	() Baixa () Média (X) Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO:	Atraso na contratação dos serviços, prolongando o risco de exaustão de recursos e lentidão no SGBD atual (Oracle XE).
AÇÃO PREVENTIVA:	Conduzir o processo com rigor técnico na análise da documentação de habilitação, exigindo a comprovação de parceiro autorizado Oracle (OPN) e as certificações Oracle Certified Professional (OCP) previstas no TR.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Realizar o julgamento do recurso com a maior celeridade possível, subsidiado por parecer técnico do Setor de TI, para evitar a necessidade de manutenção do ambiente sem suporte oficial.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Diretoria.

ETAPA: SELEÇÃO DO FORNECEDOR	
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
RISCO: Selecionar fornecedor inadequado (sem parceria oficial com a Oracle ou sem técnicos certificados)	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO:	Contratação de empresa sem capacidade técnica para realizar a migração sem perda de dados; Impossibilidade de ativação do suporte oficial (CSI) junto ao fabricante; Prejuízo ao erário e paralisação dos sistemas finalísticos (Cartorial, Financeiro, Fiscalização e Judicante).

AÇÃO PREVENTIVA:	Exigir no Edital e no TR a comprovação de que a licitante é parceira autorizada Oracle (OPN) ou revenda credenciada; Exigir que os profissionais alocados possuam certificação Oracle Certified Professional (OCP) ou superior.
RESPONSÁVEL:	Setor Técnico Demandante e Comissão de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Verificar rigorosamente a documentação de habilitação e os atestados de capacidade técnica; Realizar diligências junto ao site do fabricante para validar o credenciamento da empresa e a veracidade dos certificados dos profissionais.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro.

ETAPA: FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO	
Gestão do Contrato	
RISCO: Não assinatura do contrato pela licitante vencedora ou divergência entre as cláusulas contratuais e as exigências de suporte técnico/atualização do TR.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO:	Atraso na migração do banco de dados, mantendo o CRM-ES sob risco de interrupção por exaustão de armazenamento (12GB); Necessidade de reabertura do certame e custos administrativos adicionais.
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar, na fase de habilitação, se o fornecedor possui plenas condições jurídicas e técnicas, incluindo o credenciamento Oracle Partner Network (OPN), para cumprir o objeto. Garantir que a minuta contratual preveja o pagamento antecipado do Item 3 condicionado à entrega do certificado CSI.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação e Liderança do setor de Licitações e Contratos.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Convocar o licitante remanescente (2º colocado) conforme a ordem de classificação ou, se necessário, realizar a reabertura do certame para garantir a continuidade dos serviços essenciais.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação e Liderança do Setor de Licitações e Contratos.

ETAPA: PUBLICAÇÃO DO CONTRATO	
Execução/Gestão do Contrato	
RISCO: Falta de publicidade do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixo () Médio () Alto
DANO:	Descumprimento de formalidade legal e eficácia do contrato; impedimento para o início da contagem dos prazos de entrega das licenças (15 dias úteis) e execução da migração (30 dias corridos)
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist contemplando o item "publicação do contrato" no PNCP e no site institucional, garantindo que o extrato do contrato seja publicado dentro dos prazos legais para assegurar a vigência de 12 meses para os Itens 1 e 2, e 36 meses para o Item 3.

RESPONSÁVEL:	Liderança do Setor de Licitações e Contratos.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Publicar o contrato tão logo seja detectada a ausência de publicidade, realizando o apostilamento de eventuais ajustes de cronograma, se necessário.
RESPONSÁVEL:	Liderança do Setor de Licitações e Contratos.

ETAPA: DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	
Execução/Gestão do Contrato	
RISCO: Designação de servidor sem capacidade técnica para desempenho da atividade de fiscalização de banco de dados Oracle	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO:	Comprometimento dos resultados esperados; Falhas na fiscalização da migração e da homologação; Aceite indevido de serviços sem a devida performance ou integridade.
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar servidores do Setor de TI com conhecimento técnico no objeto; nomear formalmente Gestor e Fiscais (Técnico e Administrativo) conforme a IN SGD nº 94/2022. O fiscal técnico deve validar se a contratada alocou profissionais com certificação Oracle Certified Professional ou superior.
RESPONSÁVEL:	Presidente.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Substituir fiscal não capacitado; Promover capacitação emergencial ou solicitar apoio técnico do Conselho Federal de Medicina (CFM) para suporte na fiscalização da interoperabilidade dos sistemas.
RESPONSÁVEL:	Presidente.

ETAPA: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	
Execução/Gestão do Contrato	
RISCO: Execução de serviços de migração sem a devida cautela técnica; Indisponibilidade dos canais de suporte oficial da Oracle	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO:	Perda de integridade ou disponibilidade dos dados estratégicos (médicos e empresas); Falha crítica no banco de dados sem resolução rápida por ausência de suporte oficial.
AÇÃO PREVENTIVA:	Exigir que a equipe técnica seja composta por profissionais certificados (<i>Oracle Certified Professional</i> ou superior); Validar a ativação do código CSI (<i>Customer Support Identifier</i>) vinculado ao CNPJ do CRM-ES antes do primeiro pagamento do item de suporte.
RESPONSÁVEL:	Gestor e Fiscais Técnico e Administrativo.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Notificar a contratada formalmente para correção imediata de falhas; aplicar glosa proporcional à irregularidade verificada ou multa moratória de 5% por dia de atraso na migração.
RESPONSÁVEL:	Gestor do Contrato / Tesouraria.

ETAPA: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
--

Execução/Gestão do Contrato	
RISCO: Dependência Tecnológica (<i>Vendor Lock-in</i>). Risco de aprisionamento tecnológico em relação ao fornecedor/fabricante Oracle.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANOS:	<ul style="list-style-type: none"> . Perda da autonomia tecnológica da autarquia, inviabilizando a migração futura para outros sistemas gerenciadores de banco de dados (SGBD) sem a ocorrência de custos de refatoração de código proibitivos. . Aumento expressivo do custo de propriedade no longo prazo, deixando o CRM-ES vulnerável a reajustes unilaterais de preços e mudanças discricionárias nas políticas de licenciamento por parte do fabricante. . Impacto direto na evolução tecnológica do Conselho, caso novas soluções administrativas finalísticas requeiram ambientes multiplataforma ou de código aberto.
AÇÕES PREVENTIVAS:	<ul style="list-style-type: none"> . Adoção de sintaxe padrão ANSI SQL em customizações locais e garantia de portabilidade dos dados através de rotinas de extração periódica em formatos abertos (CSV/JSON). . Estabelecer como diretriz obrigatória de desenvolvimento que as customizações locais, consultas complexas e construções de esquemas de dados internos utilizem estritamente a sintaxe padrão ANSI SQL, evitando o uso de extensões proprietárias (PL/SQL específico) que limitem a portabilidade do código. . Configurar e homologar na rotina interna do Departamento de Tecnologia da Informação do CRM-ES scripts automatizados para a extração e o <i>backup</i> periódico dos dados finalísticos e cadastros médicos em formatos abertos e interoperáveis, como CSV e JSON, garantindo a independência da camada de dados em relação à camada de software. . Validar, junto à contratação, que a licença adquirida possua caráter estritamente "Perpétuo", <u>assegurando em contrato que, mesmo após o encerramento do período de 36 meses de suporte oficial do fabricante, o CRM-ES resguarde o direito de uso continuado do ativo de software e a posse integral das bases de dados desenvolvidas em formato interoperável, sem bloqueios tecnológicos de acesso à informação.</u>
RESPONSÁVEL:	Setor de Tecnologia da Informação do CRM-ES. Gestor e Fiscais do contrato.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	<ul style="list-style-type: none"> . Garantir, em ambiente controlado, o rastreamento e a integridade da portabilidade da base de dados dos cadastros médicos e rotinas administrativas, permitindo a imediata importação em SGBD alternativo (ex: PostgreSQL) em caso de ruptura contratual ou inviabilidade financeira com o fabricante.
RESPONSÁVEL:	Setor de Tecnologia da Informação/ Gestão e Fiscalização do Contrato

ETAPA: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
Execução/Gestão do Contrato

RISCO: Segurança da Informação. Vulnerabilidades de segurança no SGBD que possam expor a base de dados da autarquia a ataques cibernéticos ou acessos não autorizados.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANOS:	<ul style="list-style-type: none"> . Vazamento, sequestro (<i>ransomware</i>) ou destruição de dados críticos e sigilosos custodiados pelo CRM-ES, incluindo dados pessoais e sensíveis de médicos inscritos e de processos administrativos em tramitação, violando a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). . Interrupção total ou parcial das atividades finalísticas do Conselho devido à indisponibilidade do banco de dados, paralisando sistemas de emissão de certidões, fiscalização e atendimento ao público. . Comprometimento da imagem institucional da autarquia perante a sociedade e os profissionais inscritos, além do risco de aplicação de sanções administrativas e multas pelos órgãos reguladores (como a ANPD).
AÇÕES PREVENTIVAS:	<ul style="list-style-type: none"> . Garantia de execução rigorosa do serviço de suporte contratado, permitindo o acesso e a aplicação regular de Patches de Segurança Críticos (CPU) e correções (<i>Release Updates</i>) mais recentes disponibilizados pela Oracle na data da instalação do ambiente fornecidos oficialmente pelo fabricante. . Garantir o acesso irrestrito da equipe técnica do CRM-ES ao portal <i>My Oracle Support</i> para o <i>download</i> contínuo de atualizações críticas de patches (CPUs), scripts de correção e alertas de segurança ao longo dos 36 meses de vigência. . Configurar o ambiente virtual controlado com registro individual e rastreável de tratamentos realizados (registrando cada acesso, data, horário e finalidade), em estrita conformidade com o artigo 37 da LGPD e com a Política de Segurança da Informação do CRM-ES.
RESPONSÁVEL:	Setor de Tecnologia da Informação do CRM-ES. Gestor e Fiscais do contrato.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	<ul style="list-style-type: none"> . Isolar imediatamente o servidor de banco de dados afetado da rede corporativa e da internet para conter a propagação do ataque ou da exploração da vulnerabilidade. . Acionar formalmente o suporte técnico avançado do fabricante (Oracle Support) em regime de máxima prioridade (Severidade 1) para apoio no diagnóstico, mitigação do incidente e fornecimento de correções emergenciais (<i>patches</i>). . Ativar o plano de recuperação de desastres (Disaster Recovery), procedendo com a restauração do banco de dados a partir do último <i>backup</i> íntegro e isolado (seguro), garantindo a validação da integridade das tabelas antes da retomada dos sistemas em produção. . Instaurar formalmente o Comitê de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação do CRM-ES para auditar os logs de acesso, identificar a extensão do impacto e, caso necessário, realizar as notificações legais obrigatórias à ANPD e aos titulares dos dados.
RESPONSÁVEL:	Setor de Tecnologia da Informação/ Gestão e Fiscalização do Contrato/Gerência Administrativa

ETAPA: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	
Execução/Gestão do Contrato	
RISCO: Privacidade e Conformidade Legal (LGPD). Risco de vazamento ou tratamento inadequado de dados pessoais e sensíveis dos cadastros médicos.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANOS:	<ul style="list-style-type: none"> . Violação massiva da privacidade dos profissionais inscritos, expondo dados pessoais e históricos administrativos E processuais guardados pelo CRM-ES. . Aplicação de sanções administrativas e multas pecuniárias vultosas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), além de potenciais ações judiciais de reparação por danos morais coletivos ou individuais. . Determinação de bloqueio ou eliminação do banco de dados institucional por ordem regulatória, paralisando por completo as atividades de registro, fiscalização e julgamento do Conselho. . Danos reputacionais severos e perda de credibilidade da autarquia federal perante a classe médica e a sociedade.
AÇÕES PREVENTIVAS:	<ul style="list-style-type: none"> . Implementação do princípio do menor privilégio (controle rígido de perfis de acesso direto ao banco de dados), trilhas de auditoria ativas e assinatura de Termo de Confidencialidade e Sigilo por parte dos técnicos da empresa contratada. . Configurar e ativar mecanismos nativos de auditoria e mascaramento de dados (<i>Data Masking</i>) nos ambientes de homologação e testes, garantindo que terceiros ou desenvolvedores terceirizados não tenham acesso direto a dados reais de produção. . Estabelecer controles rígidos de privilégio mínimo (RBAC - <i>Role-Based Access Control</i>), garantindo que apenas usuários e processos sistêmicos estritamente autorizados possuam credenciais de leitura na base de dados. . Exigir contratualmente a assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (conforme o Anexo IV do Edital) por todos os técnicos da empresa contratada que realizarem a instalação, configuração e migração do SGBD. . Implementar criptografia de dados em repouso (<i>TDE - Transparent Data Encryption</i>) e em trânsito para todas as conexões que interagem com o sistema gerenciador de banco de dados Oracle. . Validar que todas as operações e acessos à infraestrutura virtualizada (seja no host HP ou Dell) gerem logs imutáveis e rastreáveis, contendo a identificação do agente, data, hora e a finalidade da operação.
RESPONSÁVEL:	Setor de Tecnologia da Informação do CRM-ES. Gestor e Fiscais do contrato.

AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	<ul style="list-style-type: none"> . Bloquear imediatamente todas as conexões externas e suspender as credenciais de acesso comprometidas ou suspeitas na origem do incidente. . Notificar obrigatoriamente a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e os titulares afetados em até 48 horas úteis após a ciência do incidente, detalhando a natureza dos dados expostos e as medidas de proteção adotadas, em cumprimento ao art. 48 da LGPD. . Acionar o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) do CRM-ES para liderar a resposta jurídica e a interlocução com os órgãos de controle. . Isolar o backup lógico/físico mais recente para auditoria forense e iniciar o processo de restauração da base de dados em um ambiente paralelo e higienizado para restabelecer os serviços essenciais.
RESPONSÁVEL:	Setor de Tecnologia da Informação/ Gestão e Fiscalização do Contrato/Gerência Administrativa

ETAPA: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO	
Gestão do Contrato	
RISCO: Prorrogação não vantajosa ou ausência de suporte oficial após o período inicial de 36 meses	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO:	Prejuízo ao erário por manutenção de valores acima do mercado; Risco de obsolescência tecnológica e perda de segurança cibernética caso o suporte do Item 3 não seja renovado tempestivamente.
AÇÃO PREVENTIVA:	Realizar pesquisa de preços com antecedência mínima de 6 meses ao fim da vigência do suporte (Item 3), constatando a vantajosidade da prorrogação conforme o Art. 107 da Lei nº 14.133/2021; Verificar se a versão licenciada permanece em conformidade com os ciclos de suporte oficial da Oracle (Premier ou Extended Support).
RESPONSÁVEL:	Setor de Tecnologia da Informação, Gestão e Fiscalização do contrato Liderança do Setor de Licitações e Contratos e Gestor do Contrato.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Negociar junto à Contratada preços mais vantajosos limitados à variação do ICTI (IPEA); Não sendo possível a negociação ou a manutenção do suporte pelo fabricante, iniciar novo processo licitatório para garantir a continuidade da atualização tecnológica.
RESPONSÁVEL:	Liderança do Setor de Licitações e Contratos.

ETAPA: ALTERAÇÕES DO CONTRATO	
Gestão do Contrato	
RISCO: Desequilíbrio econômico-financeiro; extrapolação dos limites legais de acréscimos ou supressões; alteração da métrica de licenciamento sem autorização do fabricante.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto

DANO:	Prejuízo ao erário; risco de irregularidade em auditorias de conformidade da Oracle (compliance); perda da garantia de atualização tecnológica.
AÇÃO PREVENTIVA:	Atentar para os requisitos da Lei nº 14.133/2021 sobre alterações quantitativas e qualitativas. Monitorar mudanças na infraestrutura de hardware (hosts Dell/HP) que possam exigir novas licenças para manter a Alta Disponibilidade (HA). Adotar controles em planilhas para acompanhar o saldo contratual.
RESPONSÁVEL:	Setor Contábil, Gestor e Fiscais do Contrato.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Realizar os ajustes necessários via termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da alteração. Adotar medidas de ressarcimento ou glosa caso sejam detectados pagamentos por licenças ou serviços não executados.
RESPONSÁVEL:	Liderança do Setor de Licitações e Contratos.

ETAPA: REPACTUAÇÕES / REAJUSTES DO CONTRATO	
Gestão do Contrato	
RISCO: Desequilíbrio econômico-financeiro por aplicação de índices incorretos ou em períodos indevidos; Análise inadequada da variação de custos de TI.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO:	Prejuízo ao erário ou enriquecimento sem causa da Administração; Risco de descontinuidade do suporte oficial por defasagem de valores em prorrogações futuras.
AÇÃO PREVENTIVA:	Observar que para os Itens 1 e 2 os preços são fixos e irreajustáveis. Para o Item 3, garantir que não incida reajuste sobre o período inicial de 36 meses devido ao pagamento único antecipado. Em caso de prorrogação (Art. 107 da Lei 14.133/21), utilizar o índice ICTI (IPEA) como limitador, respeitando o interregno mínimo de um ano.
RESPONSÁVEL:	Setor Contábil, Gestor e Fiscais do Contrato.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Ajustar os preços conforme o contrato via apostilamento. Em caso de atraso na divulgação do índice oficial, utilizar a última variação conhecida e liquidar a diferença posteriormente.
RESPONSÁVEL:	Liderança do Setor de Licitações e Contratos.

ETAPA: PAGAMENTO DOS SERVIÇOS	
Gestão do Contrato	
RISCO: Não retenção de valores de impostos; Pagamento antecipado do suporte sem a devida garantia de ativação do código CSI (Customer Support Identifier).	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo (X) Médio () Alto
DANO:	Responsabilização subsidiária e substituição tributária; Risco de inexecução do suporte técnico após a quitação integral; Perda de acesso a atualizações críticas por erro na ativação junto ao fabricante.

AÇÃO PREVENTIVA:	Certificar-se dos percentuais de retenção tributária de acordo com a legislação vigente; condicionar o pagamento antecipado do Item 3 exclusivamente à apresentação do Certificado de Licenciamento emitido pela Oracle, contendo o número do CSI vinculado ao CNPJ do CRM-ES e a cobertura de 36 meses; exigir a prestação da garantia de execução de 5% antes da liberação do pagamento antecipado.
RESPONSÁVEL:	Liderança do Setor de Pagamento e Gestor do Contrato.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos. Em caso de inexecução parcial ou total após a antecipação, exigir a devolução integral ou proporcional dos valores com correção monetária pelo ICTI. Executar a garantia contratual para ressarcir prejuízos à Administração.
RESPONSÁVEL:	Liderança do Setor de Pagamentos e Setor de Licitações e Contratos

ETAPA: SANÇÕES	
Gestão do Contrato	
RISCO: Rito processual inadequado que não ofereça garantias de contraditório e ampla defesa; omissão na aplicação de multas por atraso na entrega das licenças ou falhas na migração.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO:	Impossibilidade de reparação de prejuízos ao erário; nulidade de processos administrativos de responsabilização; sensação de impunidade da contratada em relação aos prazos de 15 dias para licenças e 30 dias para migração.
AÇÃO PREVENTIVA:	Estabelecer claramente no TR a tabela de ocorrências, prevendo multas moratórias (0,2% a 5%) e compensatórias (5% a 10%), além de assegurar o prazo de 15 dias úteis para defesa prévia.
RESPONSÁVEL:	Liderança do Setor de Licitações e Contratos.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada e, se confirmado o descumprimento, descontar os valores das multas diretamente da garantia contratual (5%) ou do pagamento devido.
RESPONSÁVEL:	Liderança do Setor de Licitações e Contratos.

ETAPA: ENCERRAMENTO DO CONTRATO	
Gestão do Contrato	
RISCO: Não observar se os requisitos de migração, homologação e suporte foram plenamente atendidos antes da liberação da garantia	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixo (X) Médio () Alto
DANO:	Prejuízo ao erário por aceitação de serviços incompletos ou instáveis; Risco de perda de dados ou instabilidade remanescente no SGBD; Perda do direito de atualização tecnológica por falha na documentação do CSI

AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar se a migração total foi realizada em até 30 dias corridos após a entrega da licença, sem perda de integridade ou disponibilidade. Exigir a apresentação do relatório técnico conclusivo e a validação presencial das configurações e desempenho pelo Setor de TI antes da assinatura do termo de aceite final. Confirmar que o acesso ao portal <i>My Oracle Support</i> permanece ativo e que a documentação "As-Built" foi entregue.
RESPONSÁVEL:	Setor de Tecnologia da Informação, Gestor e Fiscal do Contrato.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Notificar a contratada para regularizar eventuais pendências técnicas ou documentais identificadas na homologação. Reter a liberação da garantia de execução (5%) até que todas as obrigações, incluindo o suporte de 36 meses, sejam confirmadas.
RESPONSÁVEIS:	Setor de Tecnologia da Informação, Gestão e Fiscalização do contrato e pós científico oficialmente, Setor de Licitações e Contratos.



Documento assinado eletronicamente por **Higor Finamore de Souza, Técnico Administrativo**, em 08/06/2026, às 11:11, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4328015** e o código CRC **DE986120**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo, n.
228 - Bairro Bento Ferreira |
CEP 29050-730 | Vitória/ES -
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000657-0 | data de inclusão: 02/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 001/2026

PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000657-0

PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.022/2026

1. DADOS DO PROCESSO

1.1. OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenciamento do software Oracle Database Standard Edition 2 (SE2) – métrica *Processor Perpetual* – Versão 21c ou superior.

1.2. ESCOPO ADICIONAL: A contratação inclui os serviços de instalação, configuração, migração e homologação, além de garantia, suporte e atualização pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

1.3. QUANTITATIVO: Aquisição de 03 (três) licenças na métrica *Processor*, destinadas a cobrir a totalidade dos *sockets* físicos do *cluster* VMware (hosts HP e Dell) do Conselho.

1.4. FINALIDADE ESTRATÉGICA: Garantir a alta disponibilidade, performance e segurança dos dados finalísticos e administrativos, sanando as limitações técnicas da versão gratuita atual (XE).

2. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

2.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

2.1.1. Não produzir os resultados acordados (ex: falha na migração dos dados ou não ativação do suporte oficial);

2.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas (ex: instabilidade no SGBD após a instalação ou falta de aplicação de patches de segurança);

2.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada (ex: alocação de técnicos sem a certificação **Oracle Certified Professional** exigida).

2.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

2.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

2.3.1. DISPONIBILIDADE DO BANCO DE DADOS E CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS.

2.3.1.1. A avaliação deverá mensurar a disponibilidade do ambiente de banco de dados migrado e o cumprimento integral do cronograma de entrega das licenças e serviços de suporte/atualização.

2.3.2. TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE (SLA).

2.3.2.1. A avaliação deverá mensurar o atendimento às solicitações de suporte técnico e correções de falhas efetuadas pelo CRM-ES à Contratada, garantindo que os prazos de resposta (ex: 4h para incidentes críticos) e de solução sejam cumpridos conforme o Termo de Referência.

2.3.3. ACESSO À EMPRESA E ATIVAÇÃO DO SUPORTE OFICIAL.

2.3.3.1. A avaliação deverá verificar a facilidade de abertura de chamados via portal e telefone, bem como a efetiva vinculação do código **CSI (Customer Support Identifier)** ao CNPJ do CRM-ES para acesso ao *My Oracle Support*.

2.3.4. PERFORMANCE E ESTABILIDADE DO AMBIENTE.

2.3.4.1. A avaliação deverá verificar se o novo ambiente Oracle SE2 atende aos requisitos de performance (fim da lentidão e das travas de armazenamento da versão XE) e a satisfação da equipe de TI do CRM-ES quanto à integridade dos dados migrados.

3. INDICADORES

3.1. INDICADOR 01 - DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS E CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

INDICADOR 1 - DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS E CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS	
OCORRÊNCIAS: A serem preenchidas durante a execução contratual.	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Mensurar a disponibilidade das licenças, a eficácia da migração e o cumprimento do suporte oficial Oracle (CSI).
META A CUMPRIR	Nenhuma ocorrência durante o mês
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Registros de ocorrências, notificações e validação do código CSI/Suporte.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Por meio do fiscal do contrato, através de relatórios técnicos e registros de disponibilidade.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	Verificação da quantidade de ocorrências registradas (ex: atraso na entrega, falha na ativação do suporte ou erros de migração).
INÍCIO DA VIGÊNCIA	A partir do início da prestação do serviço.
FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO	Sem ocorrências: 25 pontos
	1 ocorrência = 20 pontos
	2 ocorrências = 15 pontos
	3 ocorrências = 10 pontos
	4 ocorrências = 5 pontos
	5 ou mais ocorrências = 0 pontos
OBSERVAÇÕES	As cláusulas contratuais e os requisitos técnicos do TR deverão ser cumpridos fielmente.

3.2. INDICADOR 02 - TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE

INDICADOR 2 - TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA CONTRATANTE	
OCORRÊNCIAS: A serem preenchidas durante a execução contratual.	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Mensurar o atendimento às solicitações efetuadas pelo CRM-ES à Contratada. Garantir que as solicitações de suporte técnico e correções sejam cumpridas no prazo e conforme as obrigações do Termo de Referência.
META A CUMPRIR	De acordo com os prazos de SLA definidos no Termo de Referência (ex: 4h para incidentes críticos, 24h para demais chamados).
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Constatação formal de ocorrências e relatórios do portal de chamados/suporte.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Por meio do fiscal do contrato, através de relatórios e registros de abertura/fechamento de chamados.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta ou de solução superior à meta estabelecida.
INÍCIO DA VIGÊNCIA	A partir do início da prestação do serviço.
FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO	Sem ocorrências: 25 pontos
	1 ocorrência = 20 pontos
	2 ocorrências = 15 pontos
	3 ocorrências = 10 pontos
	4 ocorrências = 5 pontos
	5 ou mais ocorrências = 0 pontos
PONTUAÇÃO	Para que seja registrada 01 ocorrência, será necessário que ocorram 02 (dois) atrasos sem justificativa, a serem documentados pela Equipe de Gestão e Fiscalização do contrato.
OBSERVAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">· A contagem do tempo encerra-se apenas com a efetiva resolução do problema técnico ou entrega da demanda solicitada pela Fiscalização.· O tempo mínimo que poderá ser concedido à Contratada é de 24 horas (para chamados não críticos) ou prazo superior estabelecido em Notificação.· O não atendimento do prazo/solicitação pode gerar reiteraões computadas para este indicador.· O descumprimento de prazos do TR/Contrato será computado independentemente de comunicação prévia.

3.3. INDICADOR 03 - ACESSO À EMPRESA CONTRATADA E SOLICITAÇÕES DE DEMANDA

INDICADOR 3 - ACESSO À EMPRESA E SOLICITAÇÕES DE DEMANDA

OCORRÊNCIAS: A serem preenchidas durante a execução contratual.	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Verificar a facilidade dos usuários (Equipe de TI) ao fazerem contato com a empresa e obter retorno no tempo previsto no Termo de Referência e Instrumento Contratual.
META A CUMPRIR	Nenhuma ocorrência
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Constatação formal de ocorrências
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Por meio do fiscal do contrato, através de relatórios e registros de chamados ou e-mails.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	Verificação as ocorrências e aplicá-las na faixa de ajuste
INÍCIO DA VIGÊNCIA	A partir do início da prestação do serviço
FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO	Sem ocorrências: 25 pontos
	1 ocorrência = 20 pontos
	2 ocorrências = 15 pontos
	3 ocorrências = 10 pontos
	4 ocorrências = 5 pontos
	5 ou mais ocorrências = 0 pontos
OBSERVAÇÕES	Serão consideradas ocorrências a indisponibilidade dos canais de atendimento (telefone, e-mail ou portal de suporte) ou a ausência de retorno às consultas técnicas sobre o licenciamento e a migração nos prazos acordados.

3.4. INDICADOR 04 - SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

INDICADOR 4 - SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS	
OCORRÊNCIAS: A serem preenchidas durante a execução contratual.	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Verificar o índice de satisfação dos usuários (especialmente a equipe técnica e gestores de sistemas do CRM-ES) na utilização dos serviços de banco de dados e suporte.
META A CUMPRIR	Atendimento satisfatório às demandas dos usuários
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Constatação formal de ocorrências negativas por parte dos servidores do CRM-ES (ex: reclamações sobre lentidão persistente, falhas de integridade ou falta de clareza técnica no suporte).
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Verificar registro de ocorrências e feedbacks formalizados.
PERIODICIDADE	Mensal
MECANISMO DE CÁLCULO	Identificação de relatos formalizados quanto à utilização dos serviços e aplicação na faixa de ajuste.
INÍCIO DA VIGÊNCIA	A partir do início da prestação do serviço

FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO	Sem ocorrências: 25 pontos
	1 ocorrência = 20 pontos
	2 ocorrências = 15 pontos
	3 ocorrências = 10 pontos
	4 ocorrências = 5 pontos
	5 ou mais ocorrências = 0 pontos
OBSERVAÇÕES	Serão consideradas ocorrências negativas quaisquer falhas que demonstrem que o serviço de migração ou o suporte não atingiram os objetivos de estabilidade e performance esperados para o ambiente Oracle SE2.

4. PONTUAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS

PONTUAÇÃO TOTAL DO SERVIÇO = Indicador 1 + Indicador 2 + Indicador 3 + Indicador 4

5. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

5.1. Cada indicador apresentará uma pontuação para o mês de referência, conforme os critérios apresentados.

5.1.1. A aplicação dos critérios resultará em uma pontuação final no intervalo de **0 a 100 pontos**, correspondente à soma das pontuações obtidas em todos os indicadores.

5.1.2. Cada Indicador tem a pontuação máxima de 25 pontos, sendo 04 (quatro) indicadores, somando 100 pontos no total.

5.2. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela a seguir detalhada:

Faixa	Pontuação do IMR	Desconto no faturamento mensal
01	97 a 100	0% (Desempenho Excelente)
02	95 a 96	1%
03	90 a 94	2%
04	80 a 89	4%
05	70 a 79	6%
06	60 a 69	8%
07	50 a 59	10%
08	40 a 49	12%
09	30 a 39	14%
10	20 a 29	16%
11	10 a 19	18%
12	01 a 09	20% (Desempenho crítico)

5.3. Durante a execução do contrato, caso a contratada apresente pontuação menor ou igual a **50 pontos por 03 meses consecutivos**, ou pontuação **igual ou inferior a 20 pontos** em um único mês, o Gestor do Contrato encaminhará à **Liderança** responsável solicitação de abertura de processo administrativo para apuração da responsabilidade da contratada por inexecução parcial do contrato.



Documento assinado eletronicamente por **Higor Finamore de Souza, Técnico Administrativo**, em 08/06/2026, às 11:11, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4328198** e o código CRC **D612F263**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |
CEP 29050-730 | Vitória/ES -
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000657-0 | data de inclusão: 02/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE COMPROMISSO Nº SEI-70 - CRM-ES/SECGER/GEADM/CPC

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 001/2026
PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000657-0
PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.022/2026

ANEXO IV - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESPÍRITO SANTO, sediado na Rua Professora Emília Franklin Molulo, 228 - Bento Ferreira, Vitória - ES, CEP 29050-730, CNPJ n.º 31.300.999/0001-18, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a [NOME DA EMPRESA], sediada em [ENDEREÇO], CNPJ n. [N. do CNPJ], doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO n. [XX/AAAA], doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas da CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO que há necessidade de definir as regras de uso e proteção para o trato dessas informações, especialmente durante os serviços de migração do Oracle XE para o Oracle SE2

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE, na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018); Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante chamado de TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE no Banco de Dados Oracle, garantindo a privacidade e a segurança da informação durante a execução do objeto principal, e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei n. 12.527 de 18/11/2011, Lei n. 13.709 de 14/08/2018, e os Decretos 7.724 de 16/05/2012, e 7.845 de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: Dados estruturados ou não, metadados, arquivos de *log*, *dumps* de banco de dados, esquemas de tabelas (*schemas*), *scripts* de migração e quaisquer outros conteúdos que possam ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em meios digitais, físicos ou magnéticos sob custódia da CONTRATANTE.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

Dados Pessoais e Sensíveis: Informações de médicos inscritos, funcionários e conselheiros (conforme definido pela LGPD);

Segurança Institucional: Configurações de rede, senhas de sistema, chaves de criptografia e arquitetura de segurança do Banco de Dados Oracle;

Sigilo Profissional e Ético: Informações contidas em processos administrativos e éticos-profissionais tramitados nos sistemas da CONTRATANTE;

CONTRATO PRINCIPAL: O contrato de licenciamento e prestação de serviços de migração de software Oracle SE2, celebrado entre as partes sob a égide da Lei nº 14.133/2021, ao qual este TERMO se vincula integralmente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: **Dados Estruturados:** Registros de médicos, empresas, processos éticos e dados financeiros contidos nas tabelas do banco de dados; **Ativos de Software:** *Know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código-fonte de programas, fórmulas e modelos de dados; **Segurança Técnica:** Definições de arquitetura, *scripts* de migração, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos relacionados ao ambiente Oracle; **Gestão Institucional:** Informações sobre as atividades da CONTRATANTE e quaisquer informações técnicas ou comerciais relacionadas ou resultantes da execução do CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados e técnicos certificados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de instalação, configuração, migração e suporte durante a execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III - sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL (incluindo técnicos de migração e suporte), em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia, espelhamento, *dump* ou extração de dados da informação sigilosa contida no ambiente Oracle sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações contidas nos bancos de dados da CONTRATANTE.

I - A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios sempre que solicitado.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, utilizando protocolos de segurança e criptografia adequados ao ambiente Oracle, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I - Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES do Banco de Dados, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada à migração e suporte do ambiente Oracle, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III - Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV - Identificar formalmente as pessoas e técnicos (DBAs) que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme artigo 156 da Lei n. 14.133 de 01/04/2021.

CLÁUSULA OITAVA- DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I - A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA relacionadas ao ambiente Oracle;

II - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV - Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI- Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das

informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VII I- Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

A CONTRATANTE elege o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Espírito Santo, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA-ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado eletronicamente pelas partes.

CONTRATANTE



Documento assinado eletronicamente por **Higor Finamore de Souza, Técnico Administrativo**, em 08/06/2026, às 11:11, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4329340** e o código CRC **6BB2E054**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |
CEP 29050-730 | Vitória/ES -
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000657-0 | data de inclusão: 02/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE CIÊNCIA

Vitória, 02 de junho de 2026

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 001/2026
PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000657-0
PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.022/2026

ANEXO V - TERMO DE CIÊNCIA

Referência: Artigo 18, Inciso V, alínea "a" da IN SGD/ME n. 94/2022.

Contrato n.: XXXX

Objeto:

Contratação de solução de tecnologia da informação referente a Licença do Software Oracle Database Standard Edition 2 - Processor Perpetual - Versão 21c ou superior com garantia, suporte e atualização por 36 meses, incluindo instalação, configuração, migração e homologação, visando atender às necessidades de infraestrutura de dados do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo - CRM-ES, de acordo com as condições constantes no Edital e seus anexos; conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no Pregão n. 90.022/2026, para atendimento ao Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo.

Contratante:

Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo - CRM-ES

Contratada:

CNPJ:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes na **CONTRATANTE**, comprometendo-se a manter o mais estrito sigilo sobre todos os dados e informações a que tiverem acesso em razão da execução dos serviços de migração e suporte ao banco de dados Oracle.

CIÊNCIA

CONTRATADA - Funcionários e técnicos

Nome:

CPF/Identidade:

Cargo:

Assinatura: _____

Nome:

CPF/Identidade:

Cargo:

Assinatura: _____

Nome:

CPF/Identidade:

Cargo:

Assinatura: _____



Documento assinado eletronicamente por **Higor Finamore de Souza, Técnico Administrativo**, em 08/06/2026, às 11:12, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4329358** e o código CRC **3B15ACD0**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |
CEP 29050-730 | Vitória/ES -
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000657-0 | data de inclusão: 02/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MINUTA DE CONTRATO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 001/2026
PROCESSO CRM-ES Nº SEI 26.8.000000657-0
PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.022/2026

ANEXO VI - MODELO DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº SEI-xx/2026, QUE FAZEM ENTRE SI o CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, autarquia federal fiscalizadora do exercício ético-profissional da Medicina, criada pelo Decreto-Lei nº 7.955, de 03 de setembro de 1945 e organizada pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.300.999/0001-18, com sede na Rua Professora Emília Franklin Mululo nº 228, Ed. Alzir Bernardino Alves, Bairro Bento Ferreira, na cidade de Vitória/ES, CEP: 29.050-730, endereço eletrônico oficial para contato: presidencia@crmes.org.br, neste ato representado por sua Presidente, Dra. KAROLINE CALFA PITANGA, brasileira, casada, médica, inscrito no CRM-ES sob o nº 6411/ES, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxx, estabelecida em: xxxxxxxxxxxx; endereço eletrônico oficial para contato (e-mail) xxxxxxxxxxxx, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por XXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o Nº xxxxxxxxxxxx, CI Nº xxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Licitatório CRM/ES nº 001/2026 - Processo SEI nº 26.8.000000657-0 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico CRM-ES 90.022/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação referente a Licença do Software Oracle Database Standard Edition 2 - Processor Perpetual - Versão 21c ou superior com garantia, suporte e atualização por 36 meses, incluindo instalação, configuração, migração e homologação, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LICENÇA ORACLE DATABASE STANDARD EDITION 2 (SE2)- PROCESSADOR PERPETUAL - VERSÃO 21C OU SUPERIOR (PARA TRÊS PROCESSADORES)	27464	Unidade	3	R\$ xxxx	R\$ xxx
2	INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO DOS DADOS E HOMOLOGAÇÃO DOS SERVIÇOS	26972	Serviço	1	R\$ xxxx	R\$ xxx
3	GARANTIA, SUPORTE e ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS ORACLE DATABASE STANDARD EDITION 2 (SE2) - PROCESSOR PERPETUAL POR 36 MESES	27740	Serviço	3	R\$ xxx	R\$ xxx
VALOR GLOBAL TOTAL						R\$ xxxx

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação dos itens 1 e 2 é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A vigência da contratação do item 3, "GARANTIA, SUPORTE e ATUALIZAÇÃO ORACLE DATABASE STANDARD EDITION 2 - PROCESSOR PERPETUAL", será de 3(três) anos, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.2. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos

serviços tem natureza continuada;

2.2.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.5. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.6. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.7. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) em desfavor do CONTRATADO.

2.2.8. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2.9. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.2.10. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.2.11. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor global total da contratação é de R\$ **xxxxxxx (xxxxxxxxxx)**, conforme detalhamento abaixo:

5.1.1. O valor total do item 01 é de R\$ xxxxxxxx(xxxxxxxx)

5.1.2. O valor total do Item 02 é de R\$ xxxxxxxx(xxxxxxxx)

5.1.3. O valor mensal do item 03 é de R\$ xxxxxx,(xxxxxxx), perfazendo o valor trienal de R\$ xxxx(xxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
- 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
- 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
- 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.8.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (CRM-ES) para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30(trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60(sessenta) dias;
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações

a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local:

9.35.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Rua Professora Emília Franklin Mululo, 228, Bento Ferreira, Vitória/ES, 29.050-730.

9.35.2. Os serviços serão prestados no seguinte horário: de 10h às 19h.

9.35.3. A instalação, configuração e migração poderão ocorrer, a pedido do CRM-ES, fora do horário de expediente, o qual compreende o horário entre 10h e 19h, de modo a minimizar eventuais impactos aos ambientes computacionais.

9.36. Sem prejuízo das demais obrigações previstas em Lei e neste instrumento, a CONTRATADA obriga-se a:

9.36.1. Fornecer e disponibilizar 03 (três) licenças do software Oracle Database Standard Edition 2 (SE2), versão 21c ou superior, na métrica Processor Perpetual, em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço.

9.36.2. Entregar o certificado de licenciamento oficial emitido pela Oracle, contendo o nome do CRM-ES, o número do pedido e o código CSI (Customer Support Identifier) vinculado ao CNPJ da CONTRATANTE.

9.36.3. Garantir que o direito de uso das licenças seja por tempo indeterminado, independentemente da renovação futura dos serviços de suporte.

9.36.4. Realizar a instalação, configuração, migração de dados e homologação da solução em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega das licenças.

9.36.5. Assegurar a migração total da base de dados da versão gratuita (XE) para a licenciada (SE2) sem perda de integridade, disponibilidade ou registros.

9.36.6. Designar profissionais certificados como Oracle Certified Professional (ou superior) para a execução de todas as etapas técnicas.

9.36.7. Fornecer relatório técnico conclusivo, manuais de uso e documentação detalhada da topologia e configurações aplicadas ao ambiente.

9.36.8. Garantir a ativação do serviço Oracle Premier Support pelo período de 36 (trinta e seis) meses, contados do recebimento do código CSI.

9.36.9. Prover acesso irrestrito ao portal My Oracle Support para abertura de chamados críticos (24x7), download de atualizações tecnológicas, correções de bugs e patches de segurança (CPUs).

Idioma: Garantir que o suporte técnico e a transferência de conhecimento operacional sejam realizados obrigatoriamente em Língua Portuguesa.

9.36.10. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.36.11. Manter sigilo absoluto sobre os dados institucionais e pessoais acessados durante a migração, em estrita observância à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e à Política de Segurança da Informação do CRM-ES.

9.36.12. Reparar quaisquer danos causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus prepostos ou empregados.

9.37. A CONTRATADA deverá garantir que a licença adquirida possua caráter estritamente "Perpétuo", assegurando que, mesmo após o encerramento do período de 36 meses de suporte oficial do fabricante, o CRM-ES resguarde o direito de uso continuado do ativo de software e a posse integral das bases de dados desenvolvidas em formato interoperável, sem bloqueios tecnológicos de acesso à informação.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do

contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as

partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus

efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRM-ES deste exercício, nas dotações abaixo discriminada:

6.2.2.1.2.44.90.52.011 - Aquisição/desenvolvimento de Software e

6.2.2.1.1.33.90.39.004 - Serviços Técnicos Profissionais - PJ

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação do Orçamento respectivo e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Vitória/ES, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Vitória/ES, xxx de xxxxx de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Representante Legal

CONTRATADA
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1. XXXXXXXXXXXXXXXXXX

2. XXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **Higor Finamore de Souza, Técnico Administrativo**, em 08/06/2026, às 11:17, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4329388** e o código CRC **FA298B0B**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |
CEP 29050-730 | Vitória/ES -
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000657-0 | data de inclusão: 02/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROPOSTA DE PREÇOS

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES Nº 001/2026
PROCESSO CRM-ES Nº SEI 26.8.000000657-0
PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.022/2026

ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Pela presente, declarando inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e às cláusulas e condições constantes do Edital de Licitação Pregão Eletrônico CRM-ES e seus Anexos Nº 90.022/2026, vimos apresentar a(o) Pregoeiro(a) nossa Proposta de Preço, observadas todas as estipulações do correspondente Edital e seus Anexos; asseverando que:

ITEM	DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LICENÇA ORACLE DATABASE STANDARD EDITION 2 (SE2)- PROCESSADOR PERPETUAL - VERSÃO 21C OU SUPERIOR (PARA TRÊS PROCESSADORES)	27464	Unidade	3	R\$	R\$
2	INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, MIGRAÇÃO DOS DADOS E HOMOLOGAÇÃO DOS SERVIÇOS	26972	Serviço	1	R\$	R\$

3	GARANTIA, SUPORTE e ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS ORACLE DATABASE STANDARD EDITION 2 (SE2) – PROCESSOR PERPETUAL POR 36 MESES	27740	Serviço	3	R\$	R\$
VALOR GLOBAL TOTAL						R\$

_____, CNPJ Nº: _____

com Sede à _____

_____, por intermédio de seu representante legal, e para os fins do Pregão Eletrônico CRM/ES 90.022/2026, vem apresentar a seguinte proposta de preço:

(Preço da proposta por extenso: (_____))

Validade da proposta (mínimo 60 dias): _____

Dados Bancários:

Banco _____ Agência _____ Conta Corrente _____

Obs: Os dados referentes à conta bancária poderão ser informados na fase de contratação.

Nome do representante legal: _____

Nº da cédula de identidade e órgão emitente: _____

Telefone/fax/e-mail para contato: _____

_____, ____ de _____ de 2026

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **Higor Finamore de Souza, Técnico Administrativo**, em 08/06/2026, às 11:17, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4329472** e o código CRC **BBDCA303**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |
CEP 29050-730 | Vitória/ES -
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000657-0 | data de inclusão: 02/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECLARAÇÃO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES Nº 001/2026
PROCESSO CRM-ES Nº SEI 26.8.000000657-0
PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.022/2026

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE REGISTRO DE OPORTUNIDADE

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO CRM-ES
Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.022/2026

Objeto: Contratação de solução de tecnologia da informação referente a Licença do Software Oracle Database Standard Edition 2 - Processor Perpetual - Versão 21c ou superior com garantia, suporte e atualização por 36 meses, incluindo instalação, configuração, migração e homologação, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico CRMES 90.022/2026 e seus anexos.

A empresa [Razão Social da Empresa], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [00.000.000/0000-00], sediada na [Endereço completo], neste ato representada por seu representante legal ou responsável técnico, Sr(a). [Nome do Representante], portador(a) do RG nº [000000] e CPF nº [000.000.000-00], DECLARA, para todos os fins de direito e para fins de participação no certame em epígrafe, que não há ocorrência de "Registro de Oportunidade" junto a fabricantes ou fornecedores, conforme determina o item 1.7 do Anexo da Instrução Normativa nº 94/2022 do Ministério da Economia e art. 5º da Lei 14.133/2021.

E, por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

[Cidade - UF], [Dia] de [Mês] de [Ano].

[Assinatura do Representante Legal]
[Nome legível do Representante]
[Cargo do Representante](Carimbo da Empresa / CNPJ)



Documento assinado eletronicamente por **Higor Finamore de Souza, Técnico Administrativo**, em 08/06/2026, às 11:18, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **4329536** e o código CRC **8AD07D0F**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |
CEP 29050-730 | Vitória/ES -
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000657-0 | data de inclusão: 02/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TERMO DE CIÊNCIA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES Nº 001/2026
PROCESSO CRM-ES Nº SEI 26.8.000000657-0
PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.022/2026

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificação da empresa*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* CRM-ES 90.022/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)



Documento assinado eletronicamente por **Higor Finamore de Souza, Técnico Administrativo**, em 08/06/2026, às 11:18, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4329586** e o código CRC **7B7C0994**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |
CEP 29050-730 | Vitória/ES -
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000657-0 | data de inclusão: 02/06/2026



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECLARAÇÃO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 001/2026
PROCESSO SEI CRM-ES 26.8.000000657-0
PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.022/2026

ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº., Inscrição Estadual nº., estabelecida no endereço, na Cidade de, Estado, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/ Empresa	Endereço/telefone do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor mensal do Contrato	Valor anual do Contrato	Valor total do contrato* (Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.)
TOTAL					

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS "D.1" E "D.2" DA ALÍNEA "D" DO SUBITEM 11.1. DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DA IN 05/2017:

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12 > 1$

Valor total dos contratos (Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado)

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100 = \text{Valor da Receita Bruta}$

JUSTIFICATIVAS:

Vitória/ES, __/__/____

Assinatura e carimbo do emissor



Documento assinado eletronicamente por **Higor Finamore de Souza, Técnico Administrativo**, em 08/06/2026, às 11:18, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4329909** e o código CRC **CC8FF9D1**.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECLARAÇÃO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO CRM-ES 001/2026
PROCESSO CRM-ES SEI 26.8.000000657-0
PREGÃO ELETRÔNICO CRM-ES 90.022/2026

ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA/VISITA TÉCNICA

Modelo 1: Declaração de Realização de Vistoria

(Para ser preenchido caso a empresa realize a visita agendada via licitacoes@crmes.org.br).

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

À Comissão de Licitação do **Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo**

Ref.: Pregão Eletrônico CRM-ES nº 90.022/2026.

A empresa [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], por intermédio de seu representante legal/responsável técnico, o(a) Sr(a). [Nome do Representante], portador(a) da identidade nº [Número do RG], declara que:

1. Efetuou, nesta data, vistoria prévia nas instalações do CRM-ES localizadas na Rua Professora Emília Franklin Mululo, 228, Bento Ferreira, Vitória/ES.
2. Tomou pleno conhecimento das condições, peculiaridades, dificuldades e infraestrutura tecnológica (incluindo o cluster VMware e hosts físicos Dell/HP) necessários para a execução dos serviços de instalação, configuração, migração e homologação do Oracle Database.
3. Recebeu todos os esclarecimentos necessários para a elaboração de sua proposta comercial, estando ciente das exigências de suporte e manutenção previstas.

[Cidade/UF], [Dia] de [Mês] de 2026.

[Assinatura do Responsável Técnico/Legal]
[Nome e CPF]

Modelo 2: Declaração de Dispensa de Vistoria

(Para ser utilizado caso a empresa opte por não realizar a visita física).

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO (DISPENSA DE VISTORIA)

À Comissão de Licitação do **Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo**

Ref.: Pregão Eletrônico CRM-ES nº 90.022/2026.

A empresa [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], por intermédio de seu responsável técnico, o(a) Sr(a). [Nome do Profissional], declara, sob as penas da lei e em conformidade com o item 4.47 do Termo de Referência, que:

1. Optou por **não** realizar a vistoria prévia nas instalações onde os serviços serão executados.
2. Possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, bem como da infraestrutura tecnológica atual do CRM-ES (Oracle 21c XE, limites de hardware e ambiente virtualizado).
3. Assume total responsabilidade por eventuais dificuldades técnicas ou ônus decorrentes da execução dos serviços, não podendo alegar desconhecimento das instalações ou detalhes do local para embasar futuras reclamações ou pedidos de alteração contratual.
4. Declara que as informações constantes no Termo de Referência e seus anexos são suficientes para a elaboração de sua proposta técnica e comercial.

[Cidade/UF], [Dia] de [Mês] de 2026.

[Assinatura do Responsável Técnico]
[Nome e CPF]



Documento assinado eletronicamente por **Higor Finamore de Souza, Técnico Administrativo**, em 08/06/2026, às 11:18, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4330324** e o código CRC **CC57258F**.



Rua Professora Emilia Franklin Mululo,
n. 228 - Bairro Bento Ferreira |
CEP 29050-730 | Vitória/ES -
<https://crmes.org.br/>



Referência: Processo SEI nº 26.8.000000657-0 | data de inclusão: 02/06/2026